



ROMARIA DA CHAPADA DO APODI/CE: LUTA POR JUSTIÇA E DIREITOS NA RESISTÊNCIA AO AGRONEGÓCIO¹

Letícia Gabrielle Batalha do Nascimento

Liana Sandra Maia Chaves Leitão

Leandro Vieira Cavalcante

Camila Dutra dos Santos

RESUMO

Este artigo discute a importância da Romaria na Chapada do Apodi, entendida como a expressão da luta de camponeses(as) e trabalhadores(as) rurais contra a expansão do agronegócio na região cearense do Baixo Jaguaribe e os diversos impactos decorrentes desse processo. Através da pesquisa-participante realizada, traçamos o perfil dos sujeitos que participam dessa rede de resistência e evidenciamos as principais problemáticas, ações e motivações que impulsionam a luta por justiça e direitos no campo da região jaguaribana, mediante a realização da referida Romaria. Nossa metodologia baseou-se em pesquisa bibliográfica e documental, elaboração de hemeroteca, trabalhos de campo, vivência nos territórios de luta, realização de entrevistas e aplicação de questionários, assim como tabulação e interpretação de dados. Os resultados obtidos revelaram uma coesão e articulação entre os movimentos sociais, os(as) camponeses(as) e a Igreja entorno da denúncia do modelo nocivo do agronegócio implantado na região, também anunciam a insurgência dos sujeitos sociais na luta por terra, água, alimento, justiça e direitos.

Palavras-Chave: Resistência. Território. Romaria. Chapada do Apodi. Baixo Jaguaribe.

ROMANCE OF THE PLATFORM OF APODI / CE: FIGHT FOR JUSTICE AND RIGHTS IN RESISTANCE TO AGRIBUSINESS

ABSTRACT

¹ Artigo derivado do projeto de pesquisa “As redes políticas territoriais de resistência ao agronegócio no Baixo Jaguaribe/CE: Agentes e Ações” financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pela Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico (FUNCAP), através de bolsas de iniciação científica.

This article discusses the importance of the Pilgrimage in Chapada do Apodi, understood as the expression of the struggle of peasants and rural workers against the expansion of agribusiness in the Ceará region of Baixo Jaguaribe and the various impacts resulting from this process. Through the participant research carried out, we outlined the profile of the subjects who participate in this resistance network and highlighted the main issues, actions and motivations that drive the fight for justice and rights in the field of the Jaguaraguana region, by means of the referred Pilgrimage. Our methodology was based on bibliographic and documentary research, preparation of a newspaper library, fieldwork, experience in the fighting territories, conducting interviews and applying questionnaires, as well as tabulation and data interpretation. The results obtained revealed a cohesion and articulation between the social movements, the peasants and the Church surrounding the denunciation of the harmful model of agribusiness implanted in the region, also announce the insurgency of the social subjects in the struggle for land, water, food, justice and rights.

PEREGRINACIÓN EN LA CHAPADA DO APODI/CEARÁ: LUCHA POR LA JUSTICIA Y LOS DERECHOS EN RESISTENCIA A LOS AGRONEGÓCIOS

RESUMEN

Este artículo analiza la importancia de la peregrinación de la Chapada do Apodi, entendida como la expresión de la lucha de los campesinos y trabajadores rurales contra la expansión de los agronegocios en la región del Bajo Jaguaribe (Ceará) y los diversos impactos resultantes de este proceso. A través de la investigación realizada, identificamos el perfil de los sujetos que participan en esta red de resistencia y destacamos los principales problemas, acciones y motivaciones que impulsan la lucha por la justicia y los derechos en la región, mediante la realización de esa Peregrinación. Nuestra metodología se basó en la investigación bibliográfica y documental, la investigación en periódicos, el trabajo de campo, la experiencia en los territorios en conflicto, las entrevistas y los cuestionarios, así como la tabulación y la interpretación de datos. Los resultados obtenidos revelaron una cohesión y articulación entre los movimientos sociales, los campesinos y la Iglesia en torno a la denuncia del modelo nocivo de agronegocios implantado en la región, que anuncian la insurgencia de los sujetos sociales en la lucha por la tierra, agua, comida, justicia y derechos.

Palabras clave: Resistencia. Territorio. Peregrinación. Chapada do Apodi. Baixo Jaguaribe.

INTRODUÇÃO

A partir de meados da década de 1990, observa-se uma expansão do modelo produtivo do agronegócio no Brasil representando o advento de um novo paradigma no campo, que passa a ser concebido sob os preceitos do grande capital, que visa acumulação associada à exploração da terra e do trabalho e aumento da produtividade. A expansão do agronegócio tem gerado profundos impactos sobre o território brasileiro, a exemplo de grandes áreas de produção intensiva de frutas na região Nordeste, entre as quais se insere a Chapada do Apodi, localizada na região do Baixo Jaguaribe, leste do Ceará. Trata-se do

principal *locus* de expansão do agronegócio no estado, que avança sobre os territórios camponeses e provoca um conflituoso quadro de desregulação social, ambiental e territorial.

Nota-se, nessa região, um intenso processo de territorialização do grande capital com a instalação de inúmeras empresas agrícolas, que estão entre as principais responsáveis por inserirem uma nova lógica de produção no Baixo Jaguaribe, mediante o cultivo de frutas em larga escala, muitas delas voltadas para atender basicamente as necessidades do mercado externo, contribuindo para expandir tanto a monocultura quanto o latifúndio, como destacado por Cavalcante (2017). Podemos observar esse debate através da leitura de trabalhos como os de Freitas (2010, 2018), Marinho (2010), Rigotto (2011, 2012), Silva (2014), Cavalcante (2019), entre outros, nos quais evidencia a problemática das invasões de terra e do uso dos agrotóxicos nos grandes latifúndios de fruticultura na região, mas que também ressaltam as resistências travadas face a esse cenário nocivo do agronegócio.

De acordo com Silva e Freitas (2018, p. 496), a Chapada do Apodi trata-se de um território “marcado pelos conflitos em torno da terra, da água, do trabalho e dos impactos dos agrotóxicos sobre a saúde e o ambiente”. O acirramento dos conflitos na Chapada do Apodi, tanto em decorrência das ações do Estado, que expropriou comunidades camponesas na região para a construção do perímetro irrigado Jaguaribe-Apodi, no final da década de 1980, quanto em função da atuação do modelo produtivo do agronegócio da fruticultura que aí expandiu-se a partir dos anos 1990, promoveu um levante popular de várias entidades vinculadas à luta em defesa dos povos do campo e em favor da vida. Nesse sentido, esses sujeitos desempenham um protagonismo fundamental junto aos(as) camponeses(as) cujas lutas se materializam em seus territórios.

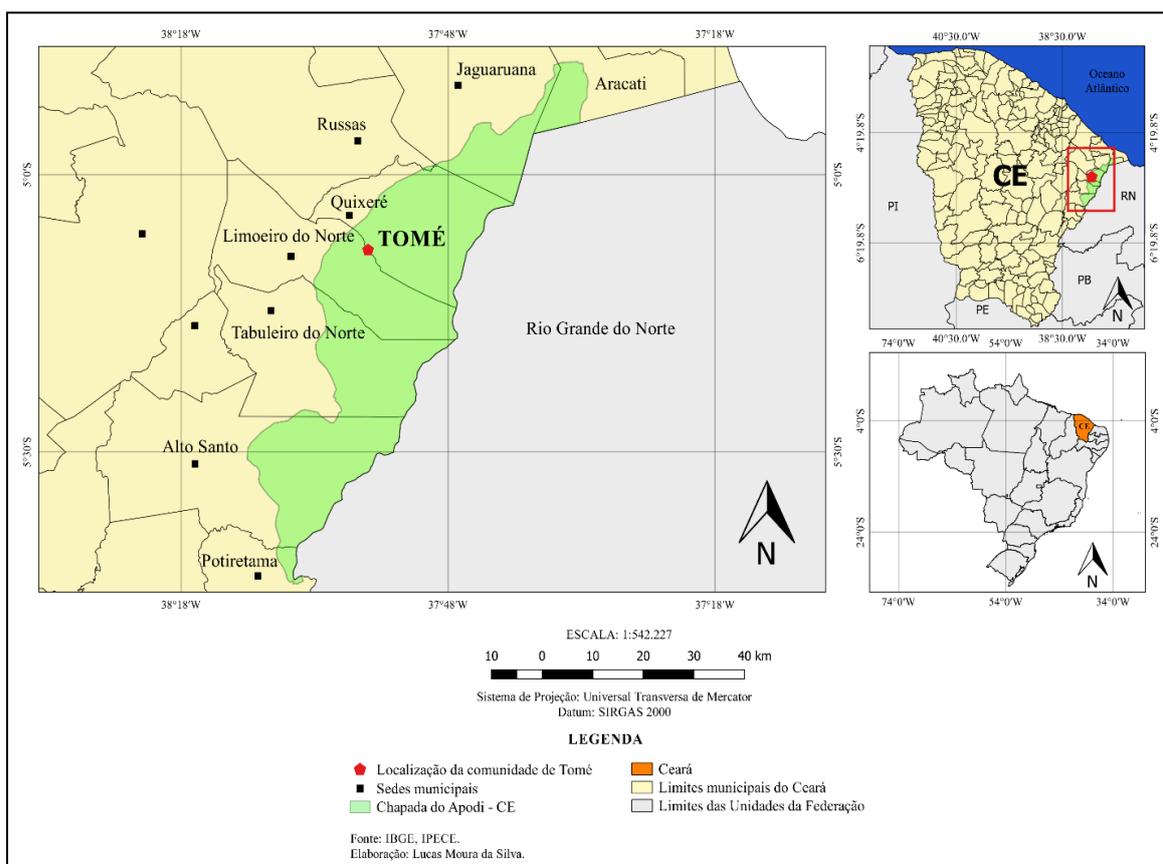
Os conflitos, vinculados à territorialização do agronegócio na região impactaram, substancialmente, a vida dos(as) trabalhadores(as) do campo e a manutenção dos bens comuns dispostos no ambiente. O estudo que realizamos, acerca das resistências emanadas a partir das lutas desses sujeitos sociais, nos apontou para as novas subjetividades que eles(as) têm criado diante das relações de poder dominante, as quais identificam a multiplicidade de singularidades territoriais contrárias aos interesses do agronegócio e do Estado.

Decorrente do agravamento e das tensões relacionadas à defesa do território, emergiu a figura de José Maria Filho, mais conhecido como Zé Maria do Tomé, camponês, comerciante, líder comunitário, ambientalista, presidente de associações e morador da comunidade Tomé (localizada entre os municípios de Limoeiro do Norte e Quixeré – figura 1). Zé Maria travou luta contra a disseminação do agronegócio na Chapada do Apodi, especificamente contra a pulverização aérea de agrotóxicos na comunidade onde residia; além

disso, protagonizou denúncias de invasão de terras públicas do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi (PIJA) pelas empresas do agronegócio, e de contaminação da água da região pelo veneno lançado por essas firmas.

Conforme demonstrado no estudo de Leitão (2020), Zé Maria articulou um conjunto de instituições durante sua luta, como a Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte, as Pastorais Sociais, a Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (FAFIDAM) – campus da Universidade Estadual de Ceará (UECE), o Núcleo de Trabalho, Meio Ambiente e Saúde (TRAMAS) – da Universidade Federal do Ceará (UFC), como também movimentos sindicais e sociais. As várias denúncias protagonizadas por Zé Maria do Tomé e confirmadas, principalmente, por esses movimentos e instituições públicas, atraíram seguidores, mas também inimigos. A voz ativa e visível do líder comunitário e a sua postura de resistência ativa na região, voltando-se diretamente contra as ingerências dos poderosos do agronegócio, culminou na sua execução em 21 de abril de 2010.

Figura 1 – Localização da região da Chapada do Apodi e da comunidade do Tomé



Fonte: Adaptado de Lima (2018).

O assassinato de Zé Maria do Tomé foi um crime de pistolagem, uma estratégia que, embora tenha resquícios arcaicos, nas últimas décadas do século XX e início do século XXI, foi “profissionalizada” e “modernizada”, caracterizando-se em um “sistema de pistolagem”, que tem uma divisão social do trabalho, entre os papéis do(s) executor(es), o(s) intermediário(s) e o(os) autor(es) intelectual(is) como as peças-chave e definidoras desse sistema, conforme Barreira (2006). Essa foi a estratégia utilizada para tentar calar a voz de Zé Maria e fazer cessar sua luta. Como alerta Porto-Gonçalves (2003, p.140), “a violência não é um simples resquício associado ao velho latifúndio e a um mundo rural retrógrado, mas está claramente ligada ao *agro-business* e à modernização dos campos brasileiros”.

Após o assassinato de Zé Maria, a luta contra a disseminação do agronegócio e o uso de agrotóxicos na região foi alavancada/reforçada por lideranças, movimentos sociais e pelos sujeitos que diretamente são afetados(as) pelo problema. Após sua morte, indignados(as) com a violência e injustiça no campo, esses sujeitos juntaram-se a outros(as) formando uma verdadeira “rede política territorial de resistência ao agronegócio” (SILVA, SANTOS E NASCIMENTO, 2011) que se expandiu e consolidou-se, denominando-se “Movimento 21 de Abril (M21)”, em alusão a data de execução de Zé Maria do Tomé e em memória dessa liderança. Para Silva (2012, p. 3):

Rede Política Territorial é uma arena de atores-redes que promove troca de recursos de poder através de vínculos e alianças entre si, cujos efeitos de suas ações se verificam no território, requalificando-o a partir de estratégias, interesses, conflitos e resistências entre os atores. A resistência é parte integrante do sentido da rede política, pois sinaliza para o poder e contraposição a outras redes políticas. Na rede todos trocam recursos de poder e projetam corporeidades espaciais e são afetados por territorialidades distintas.

De uma extensa agenda de lutas na região, em 2011 surgiu a Romaria da Chapada do Apodi, idealizada pela Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte, Movimento 21 (M21) e Comissão Pastoral da Terra (CPT), possuindo um caráter religioso, dadas as correntes da teologia da libertação, mas também com um cunho fortemente político de insurgência dos(as) camponeses(as) e dos movimentos e organizações sociais do campo, não só da Chapada do Apodi, assim como de todo o Baixo Jaguaribe, se estendendo para as demais regiões dentro e fora do Ceará. A Romaria representa a materialização concreta da resistência na região e, além disso, evidencia o grito de justiça diante do assassinato de Zé Maria e da luta por direitos ceifados pelo agronegócio – direito à terra, à água, à alimentação sem veneno e à vida digna no campo.

Nesse sentido, o objetivo principal deste artigo consiste em evidenciar a potência da “Romaria da Chapada do Apodi”, como um evento que é exemplo da resistência viva e ativa presente na região. A pesquisa da qual resulta este texto, brevemente aqui apresentada, justificou-se pela necessidade de compreendermos a produção de novas territorialidades a partir das resistências que emergem dos processos de luta na região cearense do Baixo Jaguaribe e, mais especificamente, na Chapada do Apodi, face aos conflitos desencadeados com a territorialização do agronegócio, a fim de identificar as singularidades territoriais contrárias aos interesses do capital.

O texto, aqui apresentado, está estruturado na introdução, acompanhada da exposição da metodologia e mais três tópicos analíticos, seguidos das considerações finais e referências. No primeiro tópico apresentamos inicialmente a contextualização da Romaria da Chapada, sua origem, organização, protagonistas e objetivos; no segundo, discutimos as pautas de justiça social e os gritos de resistência levantados por essa manifestação popular; e no terceiro tópico trazemos um perfil dos sujeitos que compõem esse ato social em defesa da vida, suas ações e motivações expressas no território.

METODOLOGIAS EM MOVIMENTO

As proposições metodológicas adotadas no estudo, do qual este artigo se deriva, estão vinculadas à *Pedagogia do Território*, a qual, segundo Rigotto, Leão e Melo (2018, p. 369), trata-se de uma práxis acadêmica que vem sendo construída em reflexões e ações que se dão a partir dos encontros da universidade com os territórios em conflitos ambientais, que sofrem processos históricos de vulnerabilização, aprofundados pelas injustiças ambientais, como é o caso das comunidades da Chapada do Apodi, e em articulação com movimentos sociais que as defendem.

Articular a *Pedagogia do Território* permitiu que partíssemos das demandas e dinâmicas do território de luta/resistência de vivência. A pesquisa foi realizada em um território no qual há um contexto de conflito ambiental e territorial, sendo assim, nos exigiu repensar os saberes e os propósitos da Universidade, bem como, nossos papéis enquanto cientistas. A relação teoria-prática foi permanentemente reavaliada pela equipe, no sentido de questionar também a própria relação sujeito-objeto. Ousamos ir além dos parâmetros institucionalizados pela pesquisa acadêmica hegemônica, construindo conhecimentos junto aos sujeitos territoriais, os(as) maiores interessados(as), reduzindo o “entranhamento” entre a ciência e o território, ao qual Santos (2019, p.5) faz menção:

A objetificação que comumente é feita dos campos de análise, onde se trata os processos, ações e pessoas como objetos passíveis de investigação, afasta a Universidade da realidade em que o pesquisador(a) se depara. Instala-se uma relação de distanciamento, mas também de estranhamento entre os sujeitos do território de atuação e os acadêmicos.

A vista disso, propusemos uma dinâmica de sociabilidade nos processos que delinearam os caminhos metodológicos da pesquisa. Realizamos a partilha de um saber dialogado com os sujeitos sociais, protagonistas durante o desenvolvimento das atividades da pesquisa, revelado no âmbito da afirmação de uma pesquisa-participante (BRANDÃO; BORGES, 2007) orientada a partir das demandas e dinâmicas do território de luta/resistência. O desenrolado projeto considerou a ótica dos(as) sujeitos partícipes da pesquisa, pois eles desempenham um papel social fundamental para a reivindicação dos direitos da classe trabalhadora do campo na Chapada do Apodi.

Nesse sentido, a metodologia utilizada baseou-se em algumas etapas para a construção da pesquisa, dentre elas: a) Levantamento bibliográfico e documental; b) Organização de hemeroteca; c) realização de trabalhos de Campo; d) Vivências nos territórios e participação em atos políticos; e) Elaboração e aplicação de questionários; f) Tabulação e interpretação dos dados. Todas as etapas da metodologia versaram de acordo com dois eixos de análise: i) Conflitos territoriais e ii) Organização das redes políticas territoriais de resistência.

Realizamos o levantamento e as leituras bibliográficas a partir de plataformas digitais como os bancos de teses, dissertações, monografias e periódicos de instituições de ensino superior, sobretudo da Universidade Estadual do Ceará – UECE (Fortaleza e Limoeiro do Norte). O acesso a *sites*, *blogs* e jornais digitais diversos, também contribuiu para a construção da hemeroteca digital, com notícias acerca dos temas de interesse da pesquisa. Os trabalhos de campo, participação em atos políticos e as vivências nos territórios, contribuíram no diálogo com os sujeitos e movimentos sociais da região. Foram realizadas entrevistas com representantes do Movimento 21 de Abril (M21), movimento social derivado das ações de Zé Maria do Tomé na região. Houve ainda a construção e aplicação dos questionários em campo, e a tabulação dos mesmos em arquivos digitais a *posteriori*.

No que diz respeito aos questionários e entrevistas, primeiramente elaborou-se uma grade de perguntas com as quais pudéssemos obter respostas que contemplariam a maior parte dos questionamentos gerados a partir de nossas vivências e pesquisas no território. A aplicação dos questionários e entrevistas foi realizada durante a programação da VIII Semana

Zé Maria do Tomé, ocorrida de 16 a 21 de abril de 2018, e na concentração de saída da VIII Romaria da Chapada, em 21 de abril, dia emblemático por rememorar a data da execução de Zé Maria do Tomé.

Para a tabulação dos dados, foram criadas categorias analíticas a partir da leitura e análise das respostas que foram obtidas, no sentido de orientar o tratamento das informações. A segunda etapa do levantamento primário dos dados consistiu-se da tabulação e sistematização destes em gráficos. A interpretação dos resultados da pesquisa baseou-se, portanto, nas informações geradas nos gráficos, provenientes dos questionários aplicados, nas entrevistas realizadas com membros do M21 e nos trabalhos e vivências de campo. Em suma, a pesquisa empírica e a práxis acadêmica no território foram fundamentais para o processo investigativo.

Destaca-se que a aplicação dos questionários, o tratamento das informações estatísticas, e a sistematização das entrevistas contou com a colaboração dos(as) bolsistas do Laboratório de Estudos da Natureza, Terra e Território – LECANTE, que faz parte do Grupo de Pesquisa e Articulação Campo, Terra e Território – NATERRA, ambos da Universidade Estadual do Ceará.

Os diálogos de saberes com os movimentos sociais e sujeitos do território foi imprescindível durante todo o processo, e não seria diferente na finalização e exposição das informações. Os resultados da pesquisa foram apresentados, em primeira mão, em reunião do M21, do qual o grupo de pesquisa NATERRA, que compomos, também faz parte. O encontro ocorreu na Fafidam (unidade da UECE em Limoeiro do Norte). Nessa oportunidade estiveram presentes lideranças dos movimentos sociais e das comunidades da região, os(as) maiores interessados(as) nas informações.

Como todo o processo do estudo, a devolutiva dos dados não poderia fugir da metodologia da pesquisa-participante. Afinal, o estudo foi construído com esses(as) e para esses(as), no sentido de contribuir para evidenciar a rede política de resistências presente na região jaguaribana e fortalecer suas ações. Pois é assim que compreendemos o papel da Universidade, na construção de conhecimentos dialogados com os saberes populares e com o objetivo da defesa da vida.

A ROMARIA DA CHAPADA DO APODI: LUTA POR JUSTIÇA E POR DIREITOS

As Romarias da Terra fazem parte das jornadas de lutas e resistências travadas no campo e que expressam a articulação e mobilização de todas e todos que lutam pela garantia

de acesso à terra. De acordo com Vanderlinde (2009), a Romaria da Terra nasceu durante a ditadura militar brasileira, no Sul do Brasil, vinculada à Teologia da Libertação, com sua atenção voltada à injustiça social no campo. Desde o início, expressou-se na forma de passeatas, de protestos, e de novas formas de espiritualidade em torno das comunidades de base, sempre marcada pela união de dois polos – a fé e a política. Para Vanderlinde (2009, p.133), “considerando-se os elementos místico-religiosos presentes nas culturas camponesas, mais a presença das Comissões Pastorais da Terra – CPTs num relacionamento ecumênico, as Romarias da Terra se espalharam por todo o país”.

Segundo Fontes (2014) e Silva (2016), as romarias são espaços que fortalecem a coragem para denunciar as injustiças, obter resistências e celebrar as lutas e as conquistas. De acordo com Silva (2003), as Romarias da Terra no Ceará se iniciaram no ano de 1984, inseridas na agenda de lutas políticas em torno da questão agrária no estado. Para este autor, trata-se de um fenômeno que possui elementos tanto da religiosidade popular como da ação política de uma pastoral social. A Romaria da Chapada, a qual particularmente nos referimos neste texto, teve sua primeira edição em 2011, exatamente um ano após o assassinato de Zé Maria, quando também se realizou a I Semana Zé Maria do Tomé, evento que procurou dar visibilidade às problemáticas na região e desmascarar o processo (des)envolvimentista do agronegócio implantado na Chapada do Apodi.

Realizada anualmente no mês de abril, na semana que consta o dia 21, dia do assassinato de Zé Maria, o evento efetiva-se enquanto resistência viva através das articulações dos grupos existentes na região, reunidos em torno do M21, movimento que congrega coletivos, organizações e outros movimentos sociais que, de modo articulado, atuam nos processos de luta na região. Mediante uma diversificada programação, a Semana Zé Maria, na qual a Romaria está inserida como ponto central da programação, consolidou-se enquanto um importante evento na luta por justiça e direitos e na resistência ao cruel modelo do agronegócio. “Romaria da Chapada”, “Romaria da Resistência”, “Romaria dos Mártires” ou ainda “Romaria do Apodi”, são nomes que denominam esse ato símbolo de resistência, fé e manifestação política na Chapada do Apodi, com alcance em todo Baixo Jaguaribe.

Na Chapada do Apodi, a figura representativa da Igreja Católica está fortemente vinculada e articulada com a resistência no território, não se podendo desconsiderar a forte resignação de fé que está presente na Romaria. Nesse sentido, e de acordo com Silva (2017, p. 3), “a própria ideia de romaria é uma metáfora construída para dar sentido a uma causa religiosa”, mas que expande o caráter religioso e assume, também, uma dimensão política de contestação de todas e todos, independentemente de credo ou religião. Determinados setores

da Igreja estão inseridos na luta contra as desigualdades sociais dentro e fora do campo, mas, principalmente, denunciando injustiças no espaço agrário brasileiro.

A religião popular não é mais identificada como costume religioso exótico, ela é agora apreendida como expressão de resistência. A religiosidade popular é um protesto das pessoas oprimidas, das classes dominadas, que se organizam em um sistema de crenças e práticas, em um deus ou outra divindade, ocorrendo uma auto produção religiosa, na qual os sinais e os símbolos do sagrado são recriados para poderem ser de novo amados e acreditados. O povo, como participante produz e reproduz um campo religioso no qual os símbolos e lutas seculares são recobertos com os nomes do sagrado. Não existe um conhecimento sistematizado e, sim, um conjunto de mitos e práticas do sagrado que se constitui em um saber oral, um repertório de crenças e ritos recriados na memória coletiva popular. (ROSENDAHL, 2002, p.73).

Conforme Mitidiero Jr. (2008, p. 208), “parte da Igreja viu serem assassinados os portadores daquilo que ela louvava, ou seja, os indígenas como representação da vida comunitária e harmônica e os camponeses como personificação das relações sociais também comunitárias, mortos pelas mãos daqueles que concentravam as terras”. Alicerçado nesse sentimento, a Igreja assume um papel central, juntamente com demais organizações e movimentos sociais, no sentido de mobilizar e fortalecer as lutas do povo em busca de justiça e liberdade.

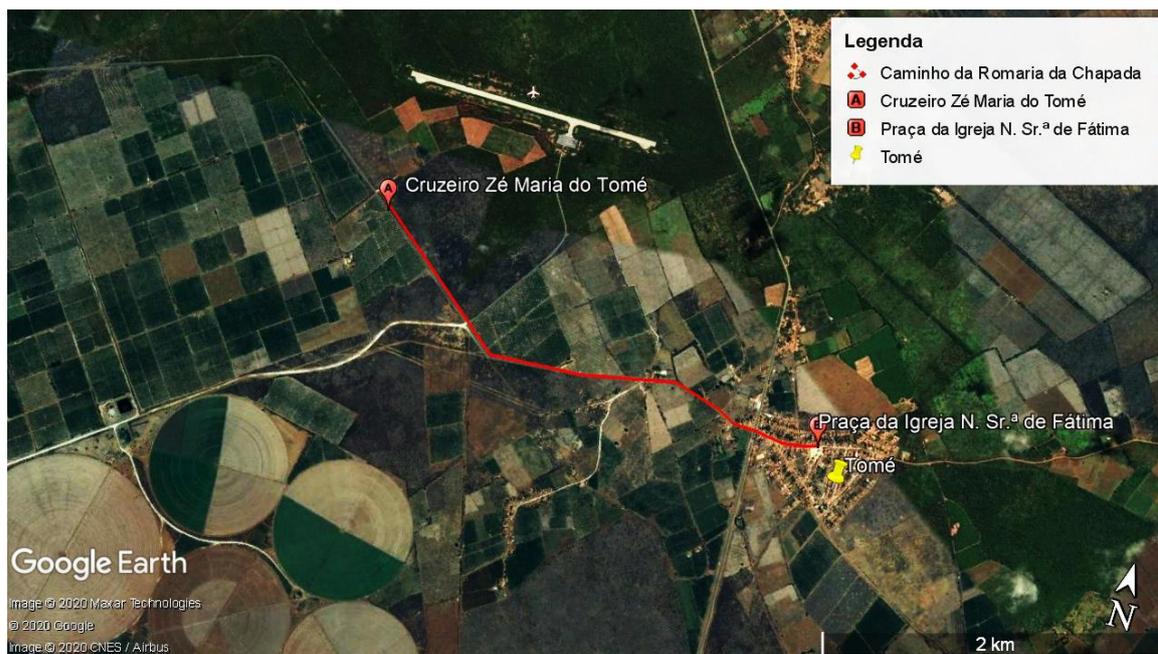
A Romaria da Chapada é uma manifestação religiosa de cunho social que promove a visibilidade dos problemas socioambientais e territoriais na Chapada do Apodi, em prol de justiça e na defesa dos direitos dos(as) camponeses(as) e trabalhadores(as) rurais da região. No trecho a seguir, de uma das entrevistas realizadas durante a pesquisa com uma das lideranças que atuam na região, podemos observar o significado da Romaria da Chapada, como é mais popularmente conhecida.

Um dos atores aqui na região, diria inclusive um ator importante tem sido a Igreja através da Cáritas, particularmente é um setor minoritário na igreja mas que tem tido um papel muito importante é... no trabalho com as comunidades atingidas pelos grandes projetos, é... na própria articulação das resistências e das lutas aqui na região, e eu sempre gosto de insistir muito numa coisa, porque que a igreja se envolve com isso, porque a igreja não é uma ONG, a igreja não é um partido político, a igreja não é um movimento social, porque a gente fez um conjunto de conversa, eu poderia falar isso como um militante de um movimento social, como um ativista social, como um militante político, mas eu tô falando tudo isso... como movimento, como militante social mas como militante social eclesial religioso (Abençoado², Limoeiro do Norte, abril de 2018).

² Nome fictício de liderança religiosa que atua no Baixo Jaguaribe.

Palavras de ordem, cartazes, músicas, bandeiras, entre outros referenciais de luta, que caracterizam o pedido de justiça e o fortalecimento da batalha que Zé Maria iniciou, emanados no decorrer de toda a Romaria, demarcam a força da resistência na região e a insurgência contra o agronegócio, bem como a tudo o que representa esse modelo de morte para o povo do campo.

Figura 2 – Percurso da Romaria da Chapada



Fonte: Pesquisa de campo. Adaptado de Google Earth, 2020.

Conforme pode ser visto na figura 2, o percurso da Romaria da Chapada se inicia no local em que Zé Maria tombou, quando da sua execução, onde a família construiu um memorial comumente chamado de “Cruzeiro de Zé Maria do Tomé” e segue, por 3 km de caminhada, até a comunidade onde o camponês residia, no Tomé, culminando com uma missa realizada na praça da Igreja de Nossa Senhora de Fátima.

A Romaria da Chapada evidencia a territorialização de uma resistência em movimento permanente, que se expressa na força daqueles(as) que marcham juntos(as) no dia em que tombou Zé Maria do Tomé, para que sua luta jamais seja esquecida. Para Silva e Freitas (2018, p. 514), trata-se de uma “luta contra o capital e sua ordem social vigente, mas, sobretudo, é uma luta pelo território e por alternativas de produção no/do campo”. É, além disso, uma luta “em defesa de outra relação da sociedade com a natureza, mas, sobretudo, é uma luta pela vida”, reafirmam as autoras.

OS GRITOS DE RESISTÊNCIA DA ROMARIA DA CHAPADA DO APODI

Pudemos vivenciar, na VIII Romaria da Chapada, que ocorreu dia 21 de abril de 2018, a articulação e a força contida neste momento através das palavras de ordem, dos cartazes e das faixas, que são representados durante todo o percurso (Figura 3). Esses signos compõem a mística que motiva os(as) romeiros(as) na caminhada e expressam as lutas dos(as) agricultores(as).

Figura 3 – VIII Romaria da Chapada – Zé Maria, a luta continua!



Fonte: Liana Sandra Maia Chaves Leitão, 2018.

Para Vanderlinde (2009, p. 125), “a mística é capaz de criar um encantamento na luta do agricultor e um pesquisador atento poderá identificá-la em muitos momentos e movimentos relacionados à história dos camponeses”. A seguir citamos alguns gritos de ordem proferidos ao longo da caminhada na Romaria da Chapada. Algumas destas palavras e frases estão presentes em outros momentos de articulação política na região, soam como um grito de justiça pelo assassinato de Zé Maria, e pelos direitos dos camponeses e camponesas, vítimas do cruel modelo de expansão do capital agrícola que se instalou na região, responsável por massacrar a vida das pessoas através da exploração do trabalho, da

contaminação por agrotóxicos, da privatização da água e da concentração de terra. São os gritos de um povo que luta e que tem na resistência a força que lhes permite caminhar.

*“Companheiro Zé Maria
Aqui estamos nós
Falando por você já que calaram sua voz!”*

*“A Chapada é nossa
A Chapada é do povo
É só lutando que será nossa de novo!”*

*“Lutar e resistir,
Pela Chapada do Apodi!”*

Por meio do exercício da pesquisa-participante, pôde-se observar que emana da Romaria um sentimento comum de luta, de resistência, de esperança e de irmandade. São pessoas de diferentes origens, de inúmeros territórios, mas que caminham e cantam juntas por uma causa, pela causa dos pequenos, dos pobres, dos marginalizados, dos sem-terra e sem-teto (Figura 4). São pessoas que sonham, lutam e acreditam na construção de um outro projeto de sociedade e de vida para o campo.

Toda Romaria é diferente, mas a mensagem que ela ecoa é uma só: os povos do campo e da cidade, marchando juntos, não compactuam com o projeto de morte do capital para Chapada do Apodi, Vale do Jaguaribe, Semiárido Brasileiro, etc. Não compactuam porque acreditam que a vida pode ser diferente, pois defendem que cada família tem direito a ter seu pedaço de chão, ter terra e água, produzir sem veneno, bem-viver a natureza, valorizar os saberes camponeses, ter acesso à saúde e educação de qualidade.

Figura 4 – Caminhada na VIII Romaria da Chapada do Apodi



Fonte: Leandro Vieira Cavalcante, 2018.

Figura 5 – Momento de oração durante a VIII Romaria da Chapada do Apodi



Fonte: Leandro Vieira Cavalcante, 2018.

As pessoas que marcham são aquelas que anseiam se libertar das amarras do capital, são aquelas que gritam que a vida não pode ser mais importante que as frutas envenenadas produzidas em larga escala pelo agronegócio. Marcham todas, juntas, homens e mulheres, crianças e idosos, estudantes e professores(as), Igreja e povo, agricultores(as) e operários(as), campo e cidade, numa união que levanta e ecoa uma voz que jamais será silenciada,

representada pela memória de luta e resistência de Zé Maria do Tomé. As pessoas que marcham têm consciência de seus papéis históricos, políticos, ativos, revolucionários. São pessoas que não esperam pelo amanhã sem antes lutarem pela construção de um presente que lhes seja digno.

Ao longo de toda a marcha, talvez um dos momentos mais emocionantes e fortes seja a chegada à comunidade do Tomé, representando o grito e a força de retomada do território, além de reforçar a resistência de uma região que não se curva diante do poderio avassalador do capital. A chegada ao Tomé é um momento importante também porque representa o fim da Romaria, mas não da caminhada, pois ela é cotidiana e se alimenta, sempre que pode, da força emanada no final da tarde do dia 21 de abril. “Quando eu entro no Tomé é aí que eu grito mais forte, que eu grito que a Chapada do Apodi é nossa”, relatou uma camponesa sem-terra. Isso porque ela sabe que seu grito, somado aos de centenas de outras pessoas seguidoras, tem um eco fortalecendo sua luta, a qual se transforma em semente, cuja multiplicação se dará nos corações daqueles(as) que acreditam na construção de um outro futuro para o povo do campo.

A RESISTÊNCIA EM MOVIMENTO: UM PERFIL DA VIII ROMARIA

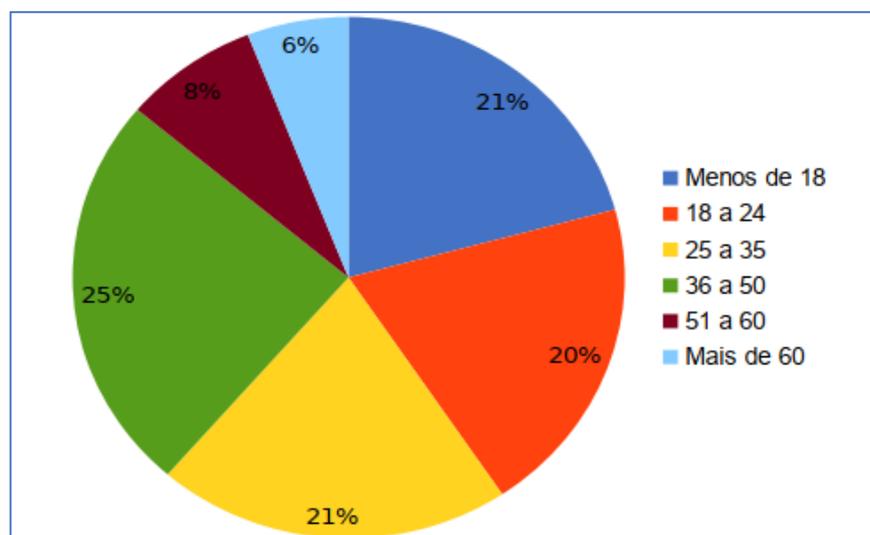
Traçamos aqui um perfil sobre os participantes da Romaria da Chapada identificando questões, problemáticas, temas e as justificativas que explicam a presença deles(as) nas atividades, como também a importância que a Romaria tem para esses(as) frequentadores(as). Desse modo, foi aplicado um total de 118 questionários durante a VIII Romaria da Chapada do Apodi, com o objetivo de caracterizar e identificar o público participante do evento. Estes resultados são os primeiros tabulados, interpretados e divulgados publicamente sobre a Romaria com o intuito de, para além de uma identificação, apontarmos os principais motivos e problemáticas que conduzem a participação do sujeito político, equal a representação de tal atividade para a região e resistência cotidiana. Os resultados dos questionários aplicados foram tabulados e materializados em gráficos que melhor expressam os processos. Destaca-se que os dados e a interpretação desses são da oitava edição da Romaria, portanto retratam esse recorte temporal e espacial, não podendo ser generalizado para todas as edições, porém nos trazem importantes informações para refletirmos sobre a Romaria da Chapada e seu público participante.

Elaboramos 19 gráficos referentes às perguntas dos questionários respondidos. Cada gráfico demonstrou resultados que apontaram as problemáticas, as resistências, os motivos da luta contra o agronegócio e trouxeram dados que também nos ajudaram a entender a atuação

dos sujeitos na região. Vale salientar que apenas alguns dos resultados serão apresentados a seguir, tendo em vista a dimensão da pesquisa realizada. O intuito é demonstrar as principais respostas que nos apresentaram o perfil dos(as) participantes, caracterizados pela faixa etária e sexo, a origem desses sujeitos e qual o significado/representatividade da Romaria para esses(as) e para a região.

Como observamos no gráfico 1, houve presença significativa de adultos de 36 a 50 anos, com 25% de representação, seguido do oposto que aponta que 21% seja um público de menores de 18 anos, balanceando a faixa etária dos(as) participantes. A seguir com 20%, temos o público jovem de 18 a 24 anos e também 20% de pessoas 25 a 35 anos, demonstrando que o público é variado e o evento abrange diferentes idades. O restante concerne a 8% representando adultos com mais de 50 anos e, deve-se ser destacada, a presença de idosos com mais de 60 anos, sendo 6% desse contingente, atestando que os mais velhos também estão presentes na luta.

Gráfico 1- Idade dos(as) participantes

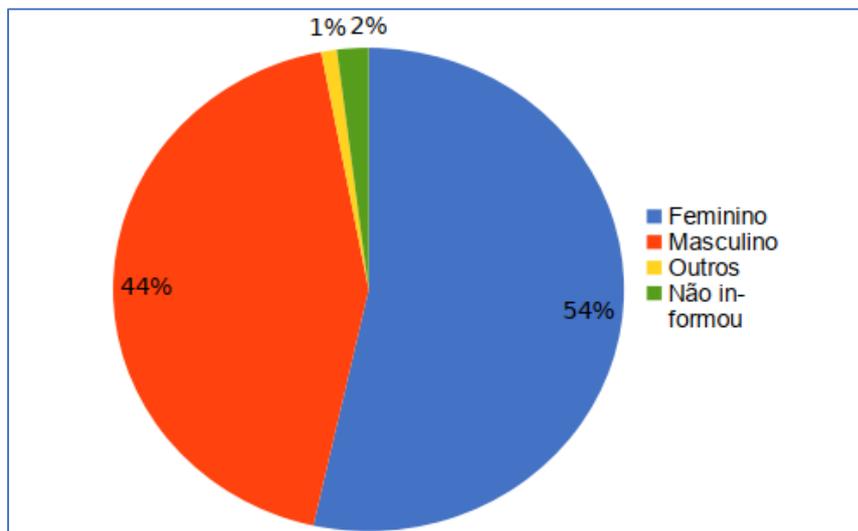


Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.

Esses(as) participantes são representados por homens e mulheres como podemos observar no gráfico 2. Apesar da pouca diferença na quantidade entre os dois sexos, o público seguiu majoritariamente sendo composto por mulheres (54% do total), seguido por 43% de homens. A partir desse dado, podemos notar uma presença bastante significativa do público feminino que constrói, organiza e participa da luta no campo, (re)significando a autonomia de

gênero que se dispõe mais forte permeando o campo e derrubando autoridades patriarcais. Finalizando 1% afirmam ser de outro sexo e 2% não responderam.

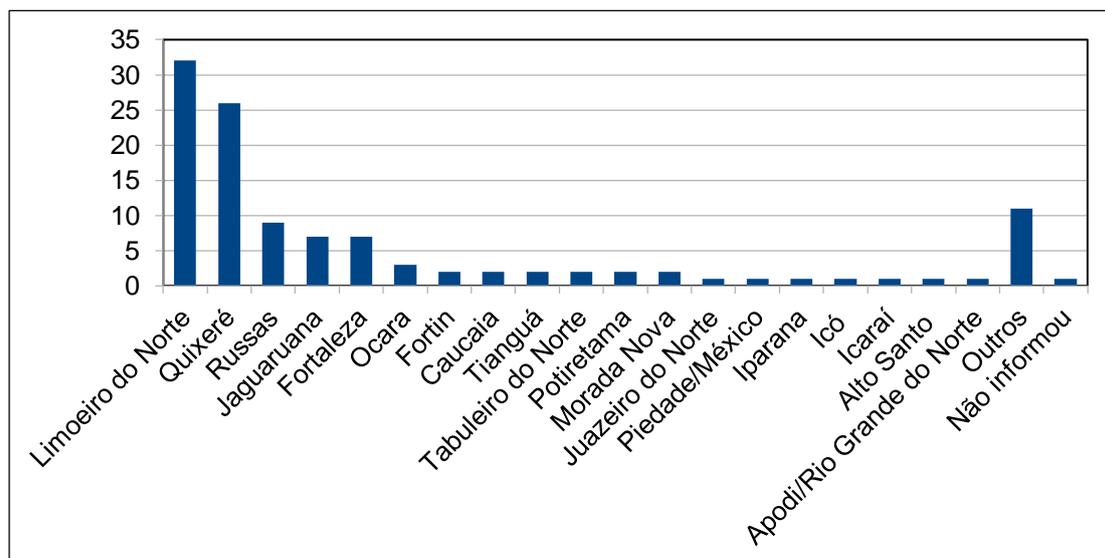
Gráfico 2 – Sexo dos(as) participantes



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

No gráfico 3 identificamos um total de 19 cidades de onde se originam os(as) entrevistados(as). Os dados apontam Limoeiro do Norte e Quixeré como local de moradia de, respectivamente, 32 e 26 pessoas, que participaram do evento naquele ano. Sublinha-se que ambas são as principais cidades mais afetadas pelo agronegócio no Baixo Jaguaribe. Russas foi citada como local de origem de 9 participantes, Jaguaruana de 7 e Fortaleza de 7 também.

Gráfico 3 – Municípios de origem dos(as) participantes

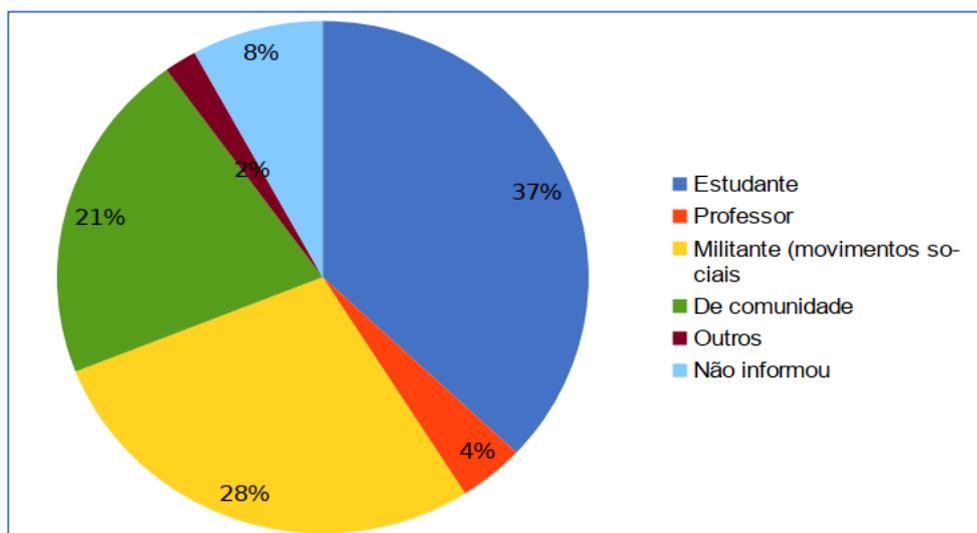


Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.

As demais cidades citadas pelos(as) entrevistados(as) representaram pouca expressividade numérica, porém ressaltamos que ao mencioná-las, os(as) participantes evidenciaram que a Romaria conta com a presença de pessoas vindas de várias partes do Ceará, Brasil, e até mesmo de fora do país, o que demonstra a amplitude da visibilidade do evento e das problemáticas da região jaguaribana, denunciadas na Romaria.

O público participante da romaria se identificou em 4 categorias de atuação analisadas (gráfico 4): sendo 37% estudantes, 28% representantes dos movimentos sociais, 21% moradores(as) das comunidades rurais e 4% de professores(as). Os(as) que não informaram representam 4% e “outros” configuram 2%.

Gráfico 4 - Identificação dos(as) participantes por categorias



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.

Em número bastante representativo, observa-se que os(as) estudantes assumem, na Romaria, o papel de representação das universidades e escolas engajadas com o compromisso social e atuantes em prol das minorias, acompanhado dos(as) seus(as) professores(as) que também somam neste engajamento e são aqueles(as) que convidam os discentes à participação na Romaria.

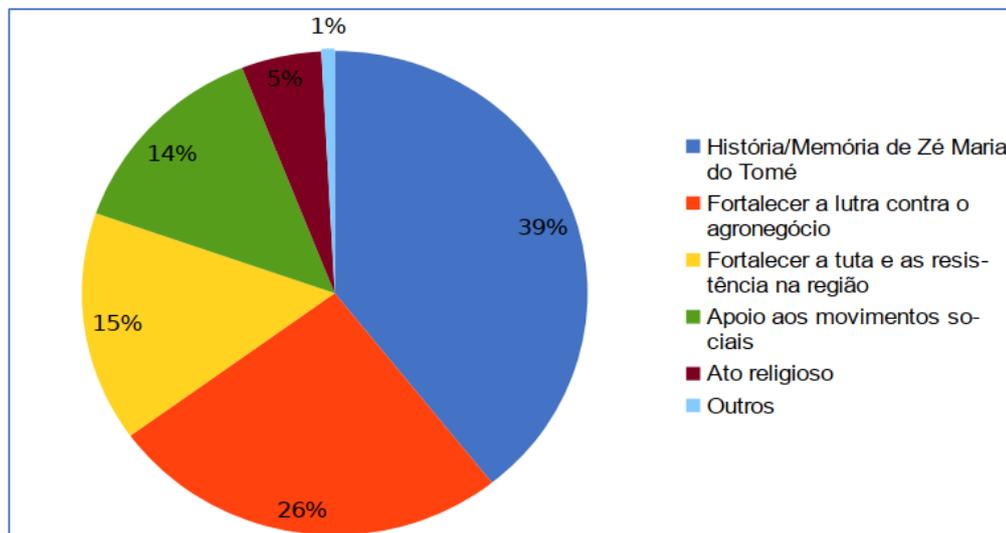
As outras duas porcentagens mais representativas concernem aos militantes que participam de algum movimento social, destacando a articulação e presença desses(as) na organização do evento, seguido da presença massiva das comunidades. A importância da participação dos sujeitos na própria luta por seus direitos dá maior significância à resistência. A luta é acentuada e concretizada através dos atos que esses(as) moradores(as) participam e estão presentes como, neste caso, a Romaria da Chapada.

O gráfico 5 nos revela os motivos que levaram os(as) entrevistados(as) a estarem presentes na Romaria da Chapada. Esses dados expressam a articulação da Romaria com os movimentos sociais da região e com o papel político e social que o ambientalista Zé Maria do Tomé desempenhou no território da Chapada do Apodi. Esse gráfico representa a importância que a romaria tem para os participantes e para a região, assim, expressa o motivo pelo qual aqueles sujeitos estão presentes na luta.

A importância da romaria para os(as) participantes é apresentada da seguinte forma: 39% apontam a história/memória de Zé Maria do Tomé como principal motivação, 26% afirmam participar para fortalecer a luta contra o agronegócio, 15% buscam fortalecer a luta e

as resistências na região, 14% objetivam prestar apoio aos movimentos sociais, e 5% diz ser atraído pela causa religiosa.

Gráfico 5 – Qual a importância da Romaria



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.

A principal motivação evidenciada se refere à história e memória de Zé Maria, para que esta nunca seja esquecida, e a segunda causa está associada ao fortalecimento da luta contra o agronegócio na Chapada do Apodi. Ambos os motivos estão articulados. Isso demonstra poder que a articulação dos sujeitos sociais tem, para a luta contra as injustiças ambientais observadas na região, e a importância do papel de Zé Maria, em vida ou *in memoriam*, para a resistência à expansão do agronegócio.

O apoio aos movimentos sociais também é um dos principais motivos pelos quais os sujeitos participam e se engajam nas manifestações sociais, disseminando a luta na região do Baixo Jaguaribe, caracterizando uma teia de sujeitos que, mesmo não pertencentes aos movimentos sociais, à universidade ou à Igreja, possuem um senso crítico e político sobre a temática, ampliando o contingente de apoio às articulações sociais em prol da defesa do território e da garantia dos direitos dos camponeses e camponesas.

Diante de um cenário de injustiças sociais e ambientais, promovidas e/ou intensificadas pelo avanço do agronegócio no Baixo Jaguaribe e, mais especificamente, na Chapada do Apodi, observamos uma permanente conflitualidade, diante de muitas das ameaças engendradas neste território. Esses conflitos são resultantes da investida de frações do capital ancorada no incentivo do Estado que se metamorfoseia no agronegócio da fruticultura que aí se expande. As disputas territoriais marcadas por mortes e conflitos diretos,

cuja ação está diretamente ligada à violência, são estopins para manifestações de resistências de maiores proporções, agregando comunidades e movimentos sociais na busca por um território onde seus direitos sejam respeitados e a justiça assegurada, (re)significando e emergindo territorialidades, em um novo espaço de luta.

A Romaria da Chapada, enquanto manifestação religiosa, é permeada de místicas que motivam o povo a se insurgir perante essas desigualdades sociais e seus opressores. Aqui fé e política dialogam juntas com o objetivo da emancipação humana. A Romaria da Chapada se apresenta como um dos espaços que mais agregam os diferentes segmentos da sociedade da Chapada do Apodi e Baixo Jaguaribe, unindo, ao mesmo tempo, movimentos sociais, universidades, sindicatos, grupos de pesquisa, moradores do campo e da cidade, dentre outros(as), entorno do debate social e político na região.

Observar o movimento da Romaria da Chapada ajudou-nos a constatar a existência de uma rede política territorial de resistência organizada na Chapada do Apodi e região do Baixo Jaguaribe, que tem o objetivo principal de enfrentamento à expansão do agronegócio. Os sujeitos articulados internamente nessa rede são responsáveis por pensar e planejar importantes ações políticas, como no caso da Romaria da Chapada, as quais expressam a resistência aos processos da classe dominante ruralista na região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão agrária da Chapada do Apodi é permeada de injustiças socioambientais, mas também é marcada por lutas e resistências de vários significados, estabelecendo uma estreita relação entre os sujeitos, movimentos e organizações sociais, de um lado, e Estado e corporações do agronegócio, de outro. Exemplo de levante e resistência na região jaguaribana é o caso de Zé Maria do Tomé que, indignado com as problemáticas vividas no campo da Chapada do Apodi, desde a chegada das empresas agrícolas, denunciou o modelo predatório do agronegócio e a conivência do Estado, mas foi perseguido e assassinado por incomodar à classe política e econômica da região. Do clamor e revolta, em relação à sua execução, nasceu a Semana Zé Maria do Tomé e a Romaria da Chapada, ambas realizadas, anualmente, há dez anos, na semana do mês de abril que contempla o dia 21, dia emblemático, por se tratar da mesma data que Zé Maria foi executado.

A Romaria da Chapada congrega, anualmente, no dia 21 de abril, uma diversidade de sujeitos sociais que se reúnem para gritar contra as opressões e explorações vivenciadas pelas comunidades da Chapada do Apodi e região do Baixo Jaguaribe. O evento, organizado

principalmente pela Igreja, com apoio do movimento M21, tem objetivos religiosos conjugados à dimensão política. Trata-se de uma liturgia que chama os camponeses e camponesas para caminhar de mãos dadas no enfrentamento ao agronegócio que tem adoecido e matado a natureza e as pessoas da região.

As observações feitas durante a pesquisa evidenciaram o importante papel da Romaria da Chapada, na revelação dos conflitos por água, terra e territórios. Pudemos notar que as dimensões espaciais da representação da Romaria são traçadas para muito além do campo religioso, assumindo um caráter expressamente político. Parafraseando a canção “Pai Nosso dos Mártires”³ – que fala de um Pai nosso revolucionário, parceiro dos pobres e Deus dos oprimidos, a Igreja, ou pelo menos uma parcela dela, aqui representada pela Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte, traz, para a região jaguaribana, um “Pai nosso, dos pobres marginalizados, dos mártires, dos torturados”, falando de “um reino de liberdade, fraternidade e comunhão”, pregando “a justiça como medida”, e afirmando ser “maldita toda a violência que devora a vida pela repressão”.

Na intenção de desenhar um perfil dos sujeitos que frequentam a Romaria da Chapada e dimensionar a importância desse evento ecumênico, mas também político, chegamos à reafirmação do importante papel dos movimentos sociais na motivação para a luta, inclusive enquanto um aglutinador de massas na Chapada do Apodi e no Baixo Jaguaribe. A rede política de resistência ao agronegócio, formadaneessa região, sobretudo a partir do assassinato de Zé Maria, colabora para a reivindicação dos direitos e da justiça social dos camponeses(as) afetados(as) pelo modelo dominante de agricultura aí vigente. E esse clamor encontra território fecundo na Romaria da Chapada. Assim, pode-se afirmar que a Romaria é o momento que concretiza a articulação da resistência e a renovação da esperança na construção de um outro modelo de vida para o campo e cidade, seja na Chapada do Apodi, ou em qualquer outro território da nossa Mãe-Terra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARREIRA, César. Matadores de aluguel: códigos e mediações – na rota de uma pesquisa. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 17, n. 1, p. 41-52, 2006.

³ Essa canção, composta pelo padre verbita Cirineu Kuhn, em 1986, e comumente ouvida por nós na interpretação de Zé Vicente, foi feita em memória do comboniano Pe. Ezequiel Ramin, assassinado em 1985 em Cacoal, em Rondônia, Defensor dos índios e dos pobres, vítima de uma emboscada, foi baleado pelo seu compromisso com os sem-terra.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; BORGES, Maristela Correa. A pesquisa participante: um momento da educação popular. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, v. 06, p. 50-62, 2007.

CAVALCANTE, Leandro Vieira. “**As firmas tomaram conta de tudo**”: agronegócio e questão agrária no Baixo Jaguaribe – CE. 2019. 398f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2019.

CAVALCANTE, Leandro Vieira. Agronegócio e territorialização do capital no Baixo Jaguaribe/CE. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA, 7, 2017, **Anais...** Porto Alegre: 2017.

FONTES, Irmã Cleide. **Rastros Agrários: da terra o brotar da cidadania**. Fortaleza: Gráfica Encaixe, 2014.

FREITAS, Bernadete Maria Coêlho. **Campesinato, uso de agrotóxicos e sujeição da rendada terra ao capital no contexto da expansão da Política Nacional de Irrigação no Ceará**. 2018. 325f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

FREITAS, Bernadete Maria Coêlho. **Marcas da modernização da agricultura no território do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi: uma face da atual reestruturação socioespacial do Ceará**. 2010. 181f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010.

LIMA, Maria Tamires Teotônio. **Questão agrária e ensino de Geografia: representações sobre o espaço rural e o agronegócio na Chapada do Apodi – CE**. 2018. 103f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Limoeiro do Norte, 2018.

KUHN, Cirineu. **Pai nosso dos mártires** [1986]. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=lsPDR_912ls. Acesso em: 10 maio 2008.

LEITÃO, Liana Sandra Maia Chaves. **Repercussões geográficas das lutas e resistências na Chapada do Apodi (CE): a territorialização das ações de Zé Maria do Tomé**. 2020. 152f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2020.

MARINHO, Alice Maria Correa Pequeno. **Contextos e contornos da modernização agrícola em municípios do Baixo Jaguaribe/CE - o espelho do (des)envolvimento e seus reflexos na saúde, trabalho e ambiente**. 2010. 245f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antônio. **A ação territorial de uma igreja radical: Teologia da Libertação, luta pela terra e atuação da Comissão Pastoral da Terra no estado da Paraíba**. 2008. 502f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Geografia da violência no campo brasileiro: O que dizem os dados de 2003. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n.75, p.139-169, 2006.
- RIGOTTO, Raquel Maria. (Org.). **Agrotóxicos, trabalho e saúde: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe/CE**. Fortaleza: Edições UFC, 2011.
- RIGOTTO, Raquel Maria *et al.* O verde da economia no campo: desafios à pesquisa e às políticas públicas para a promoção da saúde no avanço da modernização agrícola. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 6, p. 1533-1542, 2012.
- RIGOTTO, Raquel Maria; LEÃO, Fernando Antônio Fontenele; MELO, Rafael Dias de. A Pedagogia do Território: desobediências epistêmicas e insurgências acadêmicas na práxis do Núcleo Tramas. In: RIGOTTO, Raquel Maria; AGUIAR, Ada Cristina Pontes; RIBEIRO, Lívia Alves Dias (Orgs.). **Tramas para a justiça ambiental: diálogos de saberes e práxis emancipatórias**. Fortaleza: Editora UFC, 2018. p. 345-398.
- ROSENDAHL, Zeny. **Espaço e religião: uma abordagem geográfica**. Rio de Janeiro: UERJ-NEPEC, 1996.
- SANTOS, Camila Dutra dos. Extensão universitária e diálogos de saberes: cartografando conflitos e resistências no Território Quilombola do Cumbe. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 9, 2019, Recife, **Anais ...** Recife: 2019.
- SILVA, Carlos Alberto Franco da. As redes políticas de resistência ao agronegócio: impasses e alternativas. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 21, 2012, Uberlândia, **Anais...Uberlândia**: 2012.
- SILVA, Carlos Alberto Franco da; SANTOS, Arthur Pereira; NASCIMENTO, Luciano Bomfim. Ensaio sobre o conceito de rede política territorial. In: SILVA, Carlos Alberto Franco da.(Org.). **Redes políticas territoriais: estratégias, conflitos e violência**. Rio de Janeiro: Editora Livre Expressão, 2011. p. 15-34.
- SILVA, Cícero Nilton Moreira da. **Religiosidade e Política: a construção da espacialidade das Romarias da Terra no Estado do Ceará**. 2003. 176f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003.
- SILVA, Danielle Rodrigues da. **Comissão Pastoral da Terra Ceará: Uma geohistória tecida pelos gritos dos povos oprimidos do campo**. 2016. 207f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.
- SILVA, Danielle Rodrigues da. Romarias da Terra no Ceará: uma história de luta e resistência dos trabalhadores rurais na luta por seus direitos. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 8, 2017, Curitiba, **Anais ...** Curitiba: 2017.
- SILVA, Maria de Lourdes Vicente da. **Gritos, silêncios e sementes: as repercussões do processo de des-reterritorialização empreendido pela modernização agrícola sobre o ambiente, o trabalho e a saúde de mulheres camponesas na Chapada do Apodi/CE**. 2014.

364f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

SILVA, Maria de Lourdes Vicente da; FREITAS, Bernadete Maria Coêlho. A insurgência dos sujeitos sociais e políticos no contexto de conflitos territoriais e ambientais na Chapada do Apodi. In: RIGOTTO, Raquel Maria; AGUIAR, Ada Cristina Pontes; RIBEIRO, Livia Alves Dias (Orgs.). **Tramas para a justiça ambiental: diálogos de saberes e práxis emancipatórias**. Fortaleza: Editora UFC, 2018. p. 495-535.

VANDERLINDE, Tarcísio. A peregrinação na busca por um novo território: messianismo na Romaria da Terra. **Revista Varia Scientia**, Cascavel, v. 08, n. 14, p. 123-141, 2009.

Informações sobre os/as autores/as:

Letícia Gabrielle Batalha do Nascimento

Graduanda em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará. leticiagbatalha@hotmail.com
<http://orcid.org/0000-0002-9326-6558>

Liana Sandra Maia Chaves Leitão

Graduanda em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará. lianaleitao1972@gmail.com
<http://orcid.org/0000-0003-0127-5404>

Leandro Vieira Cavalcante

Professor Dr. do Curso de Geografia da Universidade Estadual do Ceará, campus de Limoeiro do Norte. leandro.cavalcante@hotmail.com
<http://orcid.org/0000-0002-3970-6655>

Camila Dutra dos Santos

Professora Dra. do Curso de Geografia da Universidade Estadual do Ceará, campus de Fortaleza. camilageo@hotmail.com
<http://orcid.org/0000-0002-9453-5983>

Artigo recebido em 31/05/2020 e aceito em 04/06/2020